

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA
PROFESSOR: MARCELO BADARÓ MATTOS
ALUNO: EVANDRO DE OLIVEIRA MACHADO

PROJETO DE PESQUISA

A HISTÓRIA DOS MARGINALIZADOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Estudarei a história dos marginalizados da cidade do Rio de Janeiro, especificamente dos que moram em favelas, no período compreendido entre o início da ditadura civil-militar (1964) e o final do governo de Anthony Garotinho (2002), retrocedendo brevemente até 1937 (Estado Novo), período em que a formação social brasileira experimenta mudanças importantes na sua estrutura econômica, dentre as quais, o avanço do capitalismo no campo, e como produto dele, o êxodo rural, um dos principais fornecedores daqueles que se transformariam, no curso de um processo contínuo de exclusão social, em marginalizados.

Resumidamente, marginalizados são todos aqueles que estão excluídos de qualquer possibilidade de serem integrados ao sistema econômico capitalista como mão-de-obra regular, ainda que na condição de reserva, em virtude da incapacidade do próprio sistema de aproveitar toda a força de trabalho disponível.

OBJETIVO

Ao estudar o processo histórico de formação dos marginalizados, pretendo analisar as causas econômicas, sociais, políticas e ideológicas explicativas do atual estado dramático em que se encontram; precisamente, a combinação de duas condições aparentemente contraditórias: a extrema miséria em que vivem e uma apatia política que se expressa sobretudo na ausência de organizações populares representativas dos seus verdadeiros interesses, portanto, na ausência de protesto - organizado pelos seus próprios membros - e luta coletiva permanente por uma vida menos sofrida.

JUSTIFICATIVA

Desde que os efeitos da revolução tecnológica em curso se fizeram sentir com maior evidência no mundo do trabalho, sobretudo a transformação quantitativa e qualitativa da nossa classe operária fabril e do proletariado em geral, que a discussão sobre o papel da classe operária como vanguarda de uma revolução socialista no Brasil vem ganhando espaço dentro da esquerda revolucionária. No início da respectiva revolução tecnológica, por volta da década de 1980, tal discussão ainda era tida pelos comunistas ortodoxos como herética, resultado dos reflexos ainda insipientes da referida revolução. Hoje, a consciência de que estamos diante de uma nova realidade, precisamente, de uma realidade sem paralelo na história do capitalismo, e, portanto, ainda não estudada em profundidade, vem despertando, nos círculos menos dogmáticos da esquerda revolucionária, o interesse por novas análises que atualizem as estratégias de ruptura com o sistema capitalista.

Seria ainda a classe operária a vanguarda predestinada inexoravelmente a cumprir o seu “papel histórico” de coveira do capitalismo? Existiriam outros setores ou classes sociais que deveriam merecer maior atenção por parte das vanguardas revolucionárias?

Ao me deparar com o problema do enfraquecimento político da classe operária, resultado de sua redução numérica e dos novos processos de trabalho e sobretudo da posição “privilegiada” que passou a ocupar na estratificação social, dado o desemprego estrutural assustador, percebi que tal enfraquecimento encontrava a sua explicação mais profunda na existência de enormes contingentes de excluídos, ou seja: na existência de um setor estruturalmente marginalizado sobre o qual a esquerda revolucionária pouca atenção dava. A classe operária brasileira não é mais a base da pirâmide social, como no período clássico do capitalismo industrial, mas um setor integrado e dispendo ainda de direitos conquistados por ela mesma, direitos almejados por milhões de desempregados ou subempregados sedentos por uma vaga no exército regular de mão-de-obra, ainda que na condição de reserva. Nestas condições, pesa atualmente sobre os seus membros (mas nunca sobre toda a classe, evidentemente) a ameaça de, uma vez desempregados, serem rebaixados à condição de marginais, um risco levado em conta na hora em que entram em luta contra o capital. Dito de outra forma, os operários, quando comparados aos marginalizados, têm muito a perder, e justamente por isto têm perdido muito.

Foi a partir de toda esta constatação que mudei o foco de minhas atenções para as massas marginalizadas. Compreender as limitações e potencialidades políticas destas massas marginalizadas, uma vez ativadas para a luta contra o capital, é o que o presente estudo pretende fazer. Espero, também, sensibilizar as vanguardas revolucionárias para que prestem mais atenção aos marginalizados, os mais oprimidos de toda a estratificação social, fornecendo-lhes alguma base teórica para a produção de novos estudos e a construção de projetos políticos que incorporem na luta pela revolução socialista possível e necessária, estes contingentes gigantescos de miseráveis que a cada dia recrutam novos elementos do proletariado e do campesinato. Estou convencido de que qualquer projeto político de grande alcance que não leve em conta os marginalizados estará predestinado ao fracasso. O objetivo maior, portanto, é colaborar para a construção de uma teoria revolucionária.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Dois conceitos são fundamentais para a execução do presente trabalho: “classe social” e “marginalidade”. A descrição detalhada destas duas ferramentas de trabalho, destes dois conceitos, é condição indispensável para a compreensão da lógica que norteia e atravessa todo este projeto.

Quanto ao conceito de classe social, parte integrante da pesquisa, limito-me aqui a defini-lo como grupo de indivíduos de uma determinada sociedade que possui vários elementos em comum, independentemente de terem ou não consciência disto, que os fazem diferentes em relação aos demais. Só são diferentes porque existem os diferentes. Tomados isoladamente não constituem uma classe social. Assim, não pode haver burguesia sem proletariado já que o primeiro só é o que é por ser a contraparte do segundo.

As classes sociais já existiam antes que os homens tomassem conhecimento delas. Os processos que produziram e produzem as classes sociais são objetivos, independentem da nossa vontade; portanto, reconhecermos ou não a existência de classes não vai fazer com que as classes desapareçam ou não. Classes sociais não são criações do pensamento humano, embora sejam produto das relações sociais entre os homens. Classes

sociais são descobertas pelos homens. Não é o conceito que cria o objeto, como afirmam os filósofos idealistas; é por existirem os objetos, é por existir a necessidade social de chamá-los por algum nome que se tornam necessários os conceitos. É, pois, de bases materiais que emergem as classes, dentre as quais, a divisão social do trabalho e as relações de propriedade.

Importantíssimo compreender, portanto, que atravessará, no presente estudo, a aplicação de duas expressões marxistas: “classe em si” e “classe para si”. A primeira, indicando a existência de uma classe social independentemente da consciência de que têm sobre isto os seus membros; a segunda para indicar a existência de uma classe social cujos membros têm consciência de que pertencem realmente a um grupo específico, diferente em relação aos demais. Quando uma classe atinge o estágio superior de “classe para si” o faz por terem os seus membros atingido uma consciência de classe: a consciência de sua posição no mundo, do lugar que ocupam no mundo, dos seus interesses específicos e, por extensão, do lugar dos outros neste mesmo mundo.

Quanto ao conceito de marginalidade, a referência teórica será aquela utilizada por Darcy Ribeiro em seu livro *O Dilema da América Latina*¹. Antes, convém algumas observações preliminares.

Quando utilizo a expressão “marginalizados”, querendo com ela indicar, grosso modo, um contingente específico de indivíduos que se encontram “à margem” da economia capitalista, não pretendo afirmar que tais contingentes não estejam de alguma forma inseridos nesta economia. É evidente que se sobrevivem, ainda que miseravelmente, o fazem trocando mercadorias, incluindo a sua própria força de trabalho. Não há, nos centros urbanos, condições para economias de subsistência. Estão inseridos, sim, na economia, como adiante poderemos verificar ao examinarmos o conceito de marginalidade utilizado aqui; mas estão inseridos em condições tão precárias, extraordinariamente tão precárias que é difícil concebê-los como integrados ao sistema. O acúmulo de precarizações nas formas de integração destes indivíduos é tão grande que poderíamos dizer, seguramente, que temos diante de nós um exemplo de quando a quantidade acaba produzindo uma nova qualidade. E o que é a qualidade senão aquilo que faz de uma coisa ela mesma e não uma outra coisa qualquer? Ora, as mudanças que produzem grandes contrastes exigem conceitos mais precisos para a compreensão destes contrastes. Do contrário, as dificuldades para a análise serão enormes. Podemos, por exemplo, considerar um servente de obras tão operário quanto um soldador do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, mas qualquer exame nas condições contratuais de trabalho, condições de trabalho, proteção social, organização sindical, formas de pagamento e etc. fazem deles seres muito diferentes um do outro. Quanto maior a extensão de um conceito, menor a sua compreensão e precisão. Chamá-los de operários, embora verdadeiro, em estudos analíticos só traz confusão, dada a disparidade entre a vida de um e outro. Tal se dá também com o exame dos marginalizados.

“[Os marginalizados] São representados nas cidades pelos biscateiros, vendedores ambulantes, carregadores, empregados de serviços subalternos, sem emprego fixo e sem sindicato, e pelas empregadas domésticas, lavadeiras, mendigos, prostitutas, etc.

(...)

Fenômenos semelhantes de marginalização da força de trabalho ocorreram em fases históricas correspondentes do processo de industrialização em sociedades que cresceram por aceleração evolutiva. Naqueles casos, porém, se configuraram como ‘exércitos industriais de reserva’, ou como ‘superpopulação relativa’ ou ainda como ‘lum-

¹ RIBEIRO, 1978.

pemproletariados' (C. Marx, 1859 – VIII, XIII e XXIII)². No primeiro caso, a massa de desocupados cumpria a função de comprimir os salários por constituir uma oferta permanente de mão-de-obra. No segundo, as populações sobrantes foram compelidas a imigrar para o além-mar onde constituíram os 'povos transplantados'. No terceiro caso, tratava-se aparentemente de um contingente desarraigado, entregue a uma vida azarosa muito próxima à criminalidade que foi sendo reduzido numericamente à medida em que o sistema conseguia integrar a maioria da população nas atividades produtivas. Nos três casos se tratava dos efeitos traumatizadores de uma renovação nos processos produtivos e da conseqüente relocação da força de trabalho. Portanto, o sistema dispunha de mecanismos autocorretivos para controlá-los.

As massas marginalizadas das economias dependentes geradas por incorporação histórica configuram um caso à parte. Embora sofram, em condições ainda mais graves, os efeitos traumatizantes da renovação das atividades produtivas, não se beneficiam daqueles mecanismos autocorretivos. Elas não são 'exército de reserva' porque não chegaram a ser conscritas na força de trabalho da matriz tecnificada do sistema e não têm perspectiva alguma de serem absorvidas enquanto prevalecer a ordenação social vigente. Não são também um 'lumpemproletariado', embora existam dentro das massas marginalizadas grandes contingentes de vagabundos, degradados pelas condições de existência a que são submetidos. Tampouco formam uma 'superpopulação relativa' porque não se lhes oferece qualquer oportunidade de imigração maciça. E sobretudo porque, no seu caso, dificilmente se poderia falar de um excedente de população devido a uma desproporção entre a massa de habitantes e os recursos necessários à sobrevivência, exploráveis segundo a tecnologia disponível dentro do sistema sócio-econômico vigente.

Entretanto, sua situação se aproxima mais à aludida pelo conceito de 'superpopulação relativa' que à de 'exército industrial de reserva'. Pode-se dizer até que constituem uma exacerbação desta condição que põe em evidência a contradição classista entre os interesses da população e os das classes dominantes. Com efeito, formando a maioria da população de países escassamente povoados que dispõem de enormes áreas para autocolonização, sua marginalização não decorre de um desequilíbrio entre o montante da população e os recursos disponíveis, mas sim de uma contradição irreduzível entre os interesses populares e os da ordenação social regida por uma minoria privilegiada.

(...) às deformações sociais oriundas do período colonial somaram-se novos fatores traumatizantes acarretados pela modernização reflexa dos setores produtivos por via da nova incorporação histórica realizada através da industrialização recolonizadora. (...)

Nos seus desdobramentos mais recentes (...) esse processo gera mais marginalizados do que integrados, mais subemprego e desemprego do que condições estáveis de trabalho, por excluir crescentes parcelas da força de trabalho do sistema modernizado de produção e de consumo. Em conseqüência, condena a maioria da população a uma existência miserável e humilhante, que corresponde a uma posição regular na estrutura sócio-econômica e na estratificação social, configurando a classe oprimida a que se refere Marx.

(...)

Nas cidades grandes, a maioria dos marginalizados sobrevive através de mil modalidades de interação econômica que estabelecem entre si e com os integrados no sistema. Entre si em empreendimentos singelos como a construção dos seus ranchos precaríssimos que constituem, não obstante, a única arquitetura que atende à maioria da po-

² Trata-se do livro de Karl Marx, *O Capital, Livro I – O processo de produção do capital, cap. VIII, XIII e XXIII*.

pulação; no trabalho eventual em microempresas que produzem e vendem a roupa que usam, os artigos alimentícios que consomem e algumas manufaturas que só têm curso no mercado dos marginalizados. Na interação com os integrados na matriz do sistema as relações econômicas se estabelecem através do engajamento dos homens nos setores menos qualificados e pior pagos da força de trabalho como assalariados de pequenas indústrias arcaicas, de empresas artesanais e de oficinas de reparação, como operários da construção civil, vendedores ambulantes ou carregadores eventuais ou como biscateiros para qualquer serviço subalterno. As mulheres se engajam principalmente como serviçais domésticas, lavadeiras, costureiras pobres ou dedicando-se às formas mais baixas de prostituição. As crianças trabalham como pequenos engraxates, vendedores de jornais, de frutas ou de comidas e doces caseiros ou outros artigos de fácil colocação. Os velhos se ocupam também no microcomércio urbano como vendedores ambulantes, na coleta de garrafas ou de papel usado, na guarda de carros, na cata de lixo; na mendicância ou engajando-se no escambo precaríssimo das próprias áreas marginais em que se vende e se troca toda a sorte de restos; e, ainda, plantando e criando galinhas, cabras e porcos ou fabricando pequenos objetos artesanais nos terrenos baldios onde se alojam.

Homens, mulheres e crianças vivem sob a obsessão permanente de obter algum recurso para atender às necessidades quotidianas mais prementes. Além da fome e da necessidade pesam sobre os marginalizados três outros flagelos: a promiscuidade, a violência e o vício. A promiscuidade se torna inevitável em suas moradias precaríssimas onde se enseja uma sexualidade desregrada e prematura tanto mais penosa porque não corresponde a seus padrões éticos. A violência, sempre presente, provém em primeiro lugar dos agentes da ordem pública e, ademais, dos conflitos entre eles próprios e do autoritarismo que rege as relações familiares. O vício, representado principalmente pelo alcoolismo – mas também pela maconha [hoje poderíamos acrescentar a cocaína] – é a um tempo fuga e protesto contra uma existência desesperante. Apesar desses flagelos, persistem os vínculos que unem mães a filhos, criados com o maior sacrifício e uma solidariedade essencial que ameniza o convívio e propicia ajuda mútua. Permanece também, ao lado de um conformismo resignado e fatalista, certa esperança de que o amanhã será melhor que o hoje e o ontem. E se preserva, sobretudo nas crianças e nos jovens, uma espantosa alegria de viver pronta a exprimir-se em riso, canto e dança.”³

HIPÓTESES

O modo como a classe operária industrial do século XIX existia foi fundamental para lhe atribuírem certas qualidades especiais sem as quais jamais teria sido convocada à missão histórica de destruição do capitalismo.

Morando nos mesmos bairros, trabalhando sob a mesma disciplina rigorosa das fábricas, usando dos mesmos uniformes, como um verdadeiro exército do trabalho, num trabalho parcelado e seqüencial, portanto, dependendo de outros para a realização do seu próprio trabalho, os operários, organizados e disciplinados pelo próprio capital, adquiriram qualidades especiais que uma vez utilizadas na luta contra este mesmo capital revelariam uma capacidade de enfrentamento e resistência sem paralelo na história dos produtores diretos. A capacidade de organização, englobando a facilidade de compreensão da necessidade da divisão de tarefas, da necessidade de um comando centralizado, da necessidade da disciplina mais rígida possível, da necessidade de uma hierarquia, ou seja, de uma cadeia de comando, ... eis aí as características que fizeram da classe operária, no seu período clássico, um inimigo temido pelas classes dominantes. Mas uma ou-

³ RIBEIRO, Darcy, *O Dilema da América Latina*, Vozes, Petrópolis, 1978, pp 67, 72, 73, 74, 75.

tra ordem de qualidades, tão ou mais importantes, foram percebidas pelos teóricos do socialismo científico como essenciais para atribuírem aos operários a missão histórica de cozeiros do capitalismo. Dizem respeito também às suas condições materiais de existência, a saber:

- Os operários eram os únicos que, pelas suas condições materiais de existência, jamais almejavam a propriedade individual dos meios de produção. Não passava pelo conjunto de aspirações de um operário fabril ser dono da fábrica onde trabalhava;
- Os operários eram os únicos que, pelas suas próprias condições materiais de existência, não alimentavam qualquer ilusão de ascensão social dentro da fábrica. Qualquer operário sabia muito bem que o seu destino era o de terminar a vida como operário, mantidas iguais as condições de existência. É claro que dentro das fábricas da época também existiam cargos de chefia, mas numericamente pequenos, em relação à massa de operários, para o despertar de ambições generalizadas na classe;
- A classe operária era a única que, pelas condições materiais de sua existência, não poderia se libertar sem libertar – também – toda a sociedade da exploração capitalista.

Estas foram características e qualidades da classe operária do século XIX e primeira metade do XX, a meu ver, imprescindíveis para qualquer grupamento que se pretende vanguarda de uma revolução socialista.

Descrevi tais características e qualidades para demonstrar que não alimento ilusões a respeito da capacidade de os marginalizados se converterem em vanguarda conseqüente de um processo revolucionário. Exceto o fato de estarem concentrados nas favelas, um lugar de moradia mas não de trabalho, todas as demais qualidades e características não estão ao alcance dos marginalizados, dadas as suas condições materiais de existência já descritas. Isto não significa dizer que não possam ser ativados para a luta, e que também no curso da luta não possam assumir posições revolucionárias, mas tão-somente que não estão capacitados à missão de vanguarda de todo o processo. Quanto as possibilidades de assumirem posições revolucionárias, estas são enormes visto que são eles a camada mais oprimida da estratificação social; são eles, de fato, os que realmente nada têm a perder e um mundo novo a ganhar.

O processo histórico de formação dos marginalizados da cidade do Rio de Janeiro, espacialmente concentrados sobretudo nos morros, produziu um contraste social extremamente perigoso para as elites quando do início da democratização do país, e percebida por elas, a julgar, só como exemplo, pelos recentes investimentos estatais vultosos em projetos de urbanização de favelas ocorridos na última década, e por métodos repressivos apresentados logo adiante. Perigosa pelo fato de se converterem as favelas em depósitos gigantescos de marginalizados, vulcões sociais naturalmente receptivos a quaisquer projetos de mobilização popular que lhes dêem novas esperanças de dias melhores, riscos inexistentes durante a ditadura civil-militar, intolerante e brutal contra qualquer movimento popular de grande alcance. Tentarei demonstrar, no curso de minhas investigações, tal receptividade.

Com o término da ditadura, a repressão político-policia sobre os marginalizados é obrigada a recuar aos limites da democracia burguesa. As ações do então governador Leonel Brizola, eleito em 1982, impondo freios aos grupos de extermínio, aliviaram as pressões sobre os marginalizados, permitindo-lhes tirarem melhor proveito das liberdades democrático-burguesas. Em paralelo, mudanças estruturais no mundo do tráfico de drogas estavam em curso, configurando, em pouco tempo, organizações criminosas de novo tipo, e sobretudo novos padrões de convivência com os marginalizados, moradores de favelas da cidade. Assentados no despotismo mais sórdido e brutal, os novos padrões

de interação das organizações criminosas com os marginalizados acabaram produzindo um quadro de opressão muito pior do que aquele experimentado durante o regime militar.

Minha hipótese é, pois, a seguinte: a causa principal, mas não a única, da apatia política dos marginalizados reside no fato de o porrete da ditadura, com a democratização, ter passado para as mãos do tráfico de drogas, com a conivência do atual Estado. Uma vez comprovada, não será absurdo afirmar que a presença do Estado nas favelas tem se manifestado, atualmente, na sua total ausência. A ausência do Estado seria a prova de sua ostensiva presença, por outros meios.

Com a democratização do país, o movimento de associações de moradores de favelas evoluiu rapidamente, ainda que sob a condução, muitas das vezes, de lideranças atreladas a governos, mas vinha crescendo em quantidade e qualidade. A primeira verificada, por exemplo, pelo número de participantes de encontros da FAFERJ (Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro); a segunda em virtude do contato dos jovens quadros do movimento com lideranças de outros movimentos populares, como a FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), contatos que possibilitavam o intercâmbio de idéias e debates de toda ordem, permitindo o acesso de tais lideranças a ideologias e projetos de transformação radical da sociedade. Na década de 1980, a maioria das lideranças da FAMERJ era composta por militantes de esquerda.

Coincidentemente, foi nesta mesma década que o tráfico de drogas começou a mudar a sua relação com os moradores de favelas. Se antes as relações do tráfico com a comunidade eram amistosas e até paternalistas, com algumas transformações operados no mundo do crime (acirramento da disputa por pontos de drogas entre as facções criminosas, a política do terror dos novos chefes, dentre outras) o tráfico passou a interferir em todos os assuntos da favela, incluindo as associações de moradores, na escolha dos seus diretores, e até mesmo no mundo do samba, área de domínio até então quase que exclusivo dos bicheiros. Segundo o jornal *A Nova Democracia*⁴, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) teria feito uma pesquisa sobre o destino das lideranças comunitárias das comunidades periféricas nos últimos 10 anos, chegando ao seguinte resultado: dos 800 líderes comunitários, 100 foram mortos por assassinato, 400 tiveram que fugir das localidades onde atuavam e 300 se acumpliciaram com o tráfico.

Por fatores históricos diversos, acredito que não planejados, configurou-se, nas duas últimas décadas, um quadro dramático de opressão, fundado no terror mais bárbaro, aos moradores de favelas, opressão expressa no domínio do tráfico sobre toda a vida comunitária, que somada à tradicional repressão policial e aos atuais confrontos entre traficantes de quadrilhas rivais pelo controle dos pontos de venda de drogas e armas, destruiu qualquer possibilidade de reconstrução, pelos próprios moradores, de movimentos contestatórios autônomos e autênticos, já que o destino daqueles que desobedecem o tráfico é a morte. A democracia burguesa teria parado no asfalto. A máquina de opressão da ditadura civil-militar teria sido substituída pela máquina de opressão do tráfico, ambas burguesas.

Traficantes são burgueses ilegais, a rigor. Ou melhor, são uma espécie de lumpemburguesia. Não desejam mudanças pois é da miséria que recrutam seus soldados e consumidores. São acumuladores de capital como qualquer burguesia. Ingênuos aqueles que não percebem isto. E mais: só são o que são atualmente porque contaram com a conivência do Estado, e o presente estudo buscará comprovar isto. O Estado sempre foi forte o suficiente para aniquilar o tráfico, como foi forte o suficiente para aniquilar todas

⁴ Jornal *A Nova Democracia*, março de 2003, p. 7.

as organizações de esquerda que, durante a ditadura, organizaram guerrilhas urbanas. Estas, muito mais perigosas para o Estado porque contaram com a participação de elementos das Forças Armadas altamente qualificados e ideologicamente motivados, o inverso do tráfico.

Da tirania do tráfico sobre os favelados aproveitam-se as elites, já que não há o que fazer com os marginalizados. A omissão do Estado, ao permitir o domínio absoluto do tráfico sobre os marginalizados, converteu os traficantes, ainda que inconscientes, no seu braço armado. Na prática, os traficantes dão continuidade às ações intimidatórias e repressivas realizadas pelos órgãos de repressão política da ditadura. O Estado, ao não se envolver diretamente com o trabalho “sujo”, mantém-se aparentemente como instituição acima dos interesses de classe, enquanto que, na prática, permite ao tráfico liberdade de ação sobre os marginalizados. Nestas condições, o tráfico realiza o trabalho “sujo” que para o Estado, numa democracia burguesa, fica difícil (mas não impossível) fazer, sobretudo nos centros urbanos, dadas as possibilidades de vazamento de informações, conseqüentemente, de crises políticas de proporções incalculáveis.

Não é a polícia quem mata quando sobe o morro; é o Estado. A polícia é um órgão do Estado. Quando separamos a polícia do Estado, eximimos o Estado de sua culpabilidade, o que é um grave erro. Mas a polícia invadia, matava e ia embora, deixando a comunidade em paz, mesmo no tempo da ditadura. Tal não ocorre com o tráfico. Mas ainda com o tráfico, não é ele quem mata... É da sua natureza matar. É o Estado quem mata, ao permitir a existência do tráfico.

O domínio tirânico e ostensivo dos traficantes sobre os favelados explica, somado a outros fatores secundários, a aparente passividade política dos marginalizados. Tal domínio distancia ainda mais estas comunidades dos modos de agir e de pensar dos moradores do asfalto, consolidando, no mundo dos favelados, dos marginalizados uma cultura própria, uma leitura diferente sobre o mundo, um universo singular e diametralmente oposto ao do asfalto. De fato, a democracia burguesa, as liberdades de ir e vir, de expressão e coisas do gênero, tudo isto não pertence ao mundo dos marginalizados. Estas características, somadas à condição de sobrantes do sistema econômico, concentrados espacialmente nos morros, dispendo de códigos muito distintos de comunicação, de padrões de comportamento para muitos chocantes, tudo isto me faz perguntar até que ponto os marginalizados não poderiam ser considerados como classe, e como classe analisados, mesmo que ainda na condição de “classe em si”.

Ao considerar como fatores causais de apatia política elementos sobretudo externos aos marginalizados, pressuponho que se tais elementos não estivessem presentes, teríamos uma situação inversa, ou seja: uma extrema atividade política dos marginalizados. É claro que esta é uma questão que não pode ser respondida por um historiador, que não é vidente, mas ao reconstituir o passado tentarei apresentar elementos suficientes que possibilitem demonstrar que não seria nenhum absurdo pensar que existiam fortes tendências mais gerais neste sentido, e que minhas pressuposições não podem ser condenadas pelo crime de não terem nenhum fundamento histórico.

METODOLOGIA E FONTES

Quanto às fontes secundárias (bibliografia), pretendo estudá-las primeiro antes de sair em campo na busca das fontes primárias. O estudo prévio vai me possibilitar maior capacitação e melhor exploração das fontes primárias.

Serão duas as fontes primárias: os arquivos dos jornais, sobre os quais tentarei selecionar todas as notícias referentes a manifestações, protestos, ações da polícia, do esquadrão da morte, das facções criminosas e denúncias de envolvimento de autoridades

estatais com o tráfico. A segunda fonte serão as entrevistas com os seguintes personagens:

- 1 – Membros do esquadrão da morte e de grupos de extermínio presos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro;
- 2 – Chefes das facções criminosas presos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro;
- 3 – Representantes de organizações de defesa dos direitos humanos;
- 4 – Algumas lideranças da FAFERJ;
- 5 – algumas lideranças da FAMERJ.

Serão ampliadas as fontes de acordo com o desenvolvimento das investigações preliminares.

COMENTÁRIOS SOBRE A BIBLIOGRAFIA

A bibliografia selecionada poderá, naturalmente, ser ampliada com o desenvolvimento dos estudos. No entanto, a que apresento inicialmente tenta dar cabo das questões fundamentais sobre as quais o projeto se defrontará.

Primeiro, a definição dos dois conceitos fundamentais já discutidos: classe social e marginalidade. Para o primeiro, o exame sobre o conceito de classe social dos principais autores, como Marx e Weber, por exemplo, faz-se necessário.⁵ Outros estudos complementam estes exames.⁶ A mobilidade entre as classes, compreendidas como entidades que estão sendo, ou seja, estão sempre se modificando, obriga-nos a buscar estudos que indiquem como se processa o ingresso de uma pequena parte do proletariado no mundo do crime, compreendendo o fenômeno do banditismo como um problema típico de determinadas fases do capitalismo.⁷

O segundo conceito, o de marginalidade⁸, tão importante quanto o primeiro, ganha consistência quando analisadas as alterações sócio-econômicas operadas no curso do desenvolvimento de um capitalismo periférico e dependente⁹, e quando estudos de campo comprovam as dificuldades sociais de gigantescos contingentes cuja integração ao sistema econômico é extremamente precária¹⁰.

No exame dos problemas sociais dos marginais, peso importante para compreendê-los supostamente como classe social é o fato de no processo de urbanização acelerada, terem sido concentrados espacialmente em áreas urbanas muito específicas. O contato com estudos sobre processos capitalistas de urbanização na América Latina, em especial as configurações, nas etapas finais do processo, das malhas urbanas, talvez possa nos indicar algumas tendências gerais irreversíveis, uma vez mantidas as condições em que se deram e, por extensão, demonstrar que os traços distintivos dos marginalizados tendem a se consolidar, ao invés de se dispersarem em função de alterações no sistema sócio-econômico muito pouco prováveis.¹¹

Estudos paralelos mas não menos importantes são obrigatórios para uma compreensão global do universo dos marginalizados. Dentre eles, o mito da democracia racial no Brasil.¹²

Algumas lacunas na bibliografia, como a atuação do Estado nas favelas e a capacidade de luta dos marginalizados, serão cobertas com fontes primárias.

⁵ VELHO, 1971.

⁶ TUMIN, 1970; VINHAS, 1970.

⁷ GUIMARÃES, 1981.

⁸ RIBEIRO, 1978.

⁹ DUPAS, 2001.

¹⁰ NUNES, 1976; ZALUAR, 1999.

¹¹ BEYER, 1969.

¹² IANNI, 1966.

CRONOGRAMA

1	LEVANTAMENTO DAS FONTES	1 mês
2	ESTUDO DA BIBLIOGRAFIA	4 meses
3	PESQUISA EM ARQUIVOS DE JORNAIS	3 meses
4	ENTREVISTAS	1 mês
5	ANÁLISE DOS DADOS	2 meses
6	REDAÇÃO FINAL DO TRABALHO	1 mês
	TOTAL	1 ano

BIBLIOGRAFIA

- BEYER, Glenn H., *Explosão Urbana na América Latina*, Victor publicações, Rio de Janeiro, 1969. (BCG: 301.364098 E. 96)
- DUPAS, Gilberto, *Economia Global e Exclusão Social – Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*, Paz e Terra, São Paulo, 2001. (BCG 382.1 D. 931)
- FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, ZAHAR, Rio de Janeiro, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto Passos, *As classes perigosas*, Graal, Rio de Janeiro, 1981. (BCG: 301.441 G. 963)
- IANNI, Octavio, *Raças e Classes Sociais no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966. (BCG: 572981 I.11)
- MARX, Karl, *O Capital – Crítica da Economia Política – Livro I*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
- NUNES, Guida, Rio, *Metrópole de Favelas*, Vozes, Petrópolis, 1976. (BCG: 301.36409815 N972)
- PERLMAN, Janice E., *O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. (301.36409815 P451)
- RIBEIRO, Darcy, *O Dilema da América Latina*, Vozes, Petrópolis, 1978. (BCG: 330.98. R. 484.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Burguesia Brasileira*, Vozes, Petrópolis, 1983.
- TUMIN, Melvin M., *Estratificação social*, Liv. Pioneira, São Paulo, 1970. (BCG: 301.44 T. 925)
- VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S., BERTELLI, Antônio R.; org., *Estrutura de Classe e Estratificação Social*, ZAHAR, 1971.
- VINHAS, M, *Estudos sobre o proletariado brasileiro*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970. (BCG: 3014410981 V. 784)
- ZALUAR Alba; ALVITO, Marcos, organizadores, *Um século de favela*, FGV, Rio de Janeiro, 1999. (BCG: 301.36409815 S.446)

Evandro de Oliveira Machado
Em 21 de julho de 2004.